

# TRISTE, LOUCA OU MÁ: Análise dos Modos de Nomeação de Mulheres Usuárias no CAPS-AD

Sad, Crazy or Bad: Analysis of the Naming Modes of Women Users in CAPS-AD

DOI: 10.5935/1984-9044.2025006

Ana Luiza Martins Ferroni Alves<sup>19</sup>  
Flávia Fernandes Carvalhaes<sup>20</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa analisa maneiras como mulheres usuárias de drogas atendidas no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras drogas (CAPS-AD) de uma cidade do interior do Paraná são cotidianamente nomeadas e se nomeiam a partir de imagens de controle agenciadas aos dispositivos amoroso e da maternidade. O traçado metodológico desta investigação foi organizado, inicialmente, a partir de um levantamento bibliográfico nos sites do *Scielo* e *PEPSIC*, bem como da leitura de obras de autores/as de referência dos campos dos Estudos de Gênero e da Reforma Psiquiátrica. Em um segundo momento, a partir da interlocução com o viés da pesquisa participante, foi realizado trabalho de campo por meio de vivências em atividades desenvolvidas no dia a dia do CAPS-AD, possibilitando a partilha de saberes com mulheres usuárias deste serviço. Conclui-se reiterando a importância do debate interseccional sobre a generificação do sofrimento psíquico nas práticas integrativas em saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** CAPS-AD; Mulheres; Imagens de controle; Dispositivo materno; Dispositivo amoroso;

**ABSTRACT:** This research analyzes the ways in which women drug users assisted at the Psychosocial Care Center for Alcohol and other drugs (CAPS-AD) in a city in the interior of the state of Paraná are daily named and name themselves based on controlling images articulated through the dispositifs of love and motherhood. The methodological outline of this investigation was initially organized through a bibliographic survey conducted on the Scielo and PEPSIC databases, as well as through the reading of works by key authors in the fields of Gender Studies and Psychiatric Reform. In a second moment, grounded in the perspective of participatory research, fieldwork was carried out through involvement in everyday activities developed at the CAPS-AD, enabling the sharing of knowledge with women who use this service. The study concludes by reaffirming the importance of an intersectional debate on the gendered construction of psychological suffering within integrative health practices.

**KEY WORDS:** CAPS-AD; Women; Control Images; Maternal device; Loving device

## INTRODUÇÃO

“Triste, louca ou má”. O título da canção de Francisco El Hombre (2016) retrata os modos como comumente mulheres são nomeadas – ou se nomeiam – quando transitam por territórios

---

<sup>19</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL) | <https://orcid.org/0009-0008-0363-1576> | [martinsanaluiZZa@gmail.com](mailto:martinsanaluiZZa@gmail.com)

<sup>20</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL) | <http://orcid.org/0009-0005-35144447> | [fcarvalhaes@uel.br](mailto:fcarvalhaes@uel.br)

demarcados como desviantes. A partir dessa afirmação, analisamos nesta pesquisa maneiras com as quais mulheres usuárias de drogas atendidas no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas (CAPS-AD) de uma cidade do interior do Paraná são cotidianamente nomeadas e se nomeiam a partir de imagens de controle agenciadas aos dispositivos amoroso e materno. Essa problematização percorre, ainda, parte dos efeitos dessas construções nas relações terapêuticas estabelecidas no referido serviço.

Formulada pela pesquisadora negra Patrícia Hill Collins (2019), a noção conceitual de imagens de controle se refere a estereótipos que “justificam” e operacionalizam o controle no cotidiano de mulheres localizadas socialmente como marginais. Essas imagens se constituem em perspectivas ideológicas e fundamentam nexos que circulam na vida em sociedade, como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e outras opressões estruturais que coexistem de modo interseccional. É por meio dessa noção conceitual que compreendemos mais profundamente como determinados estereótipos sustentam relações de poder, sendo estes, necessariamente, articulados a marcadores de raça, classe, sexualidade, entre outros. Dessa forma, o processo de desnaturalização desses culmina em modos de resistência a essas opressões e hierarquias, bem como na construção de um saber autodefinido de mulheres que se recusam a reproduzir esses imperativos em suas vidas.

Assim, situamos a sexualidade como um dispositivo, ou seja, como produção que reúne os âmbitos discursivo e extradiscursivo, englobando enunciados, instituições, organizações arquitetônicas, leis, proposições filosóficas, medidas administrativas, produções científicas, etc.” (Muchail, 1985, p. 60). Em suma, dispositivo é a rede tecida entre o dito e o não-dito, o que no contexto do CAPS-AD pode se referir a vários pormenores: hipóteses diagnósticas, cochichos, comentários motivacionais, trocas de ideia entre pacientes, pitacos da família, relatos de triagem, ofícios encaminhados pelo conselho tutelar, objetivos terapêuticos, etc. É através dessa cadeia heterogênea de elementos que a produção de saberes hegemônicos e subalternos se articula – e se desestabiliza – como exercícios de poder em cada momento histórico. Nesse contexto, as imagens de controle que recaem sobre as usuárias de drogas atendidas no CAPS-AD são efeitos do sistema cisheteropatriarcal, que delega performances circunscritas nos dispositivos amoroso e materno, cunhando noções de mulheridade apresentadas como ideais ou não-desejáveis.

Nos debruçarmos de forma mais ampla sobre os dispositivos materno e amoroso ao decorrer do artigo. De modo sucinto, Zanello (2016) elucida que o dispositivo amoroso se refere a modos como as mulheres são socializadas, tendo como baliza a reprodução ou não de ideias românticas situadas pela autora como masculinas. Ou seja, ser amada por um homem se atualiza como um traço identitário que classifica e hierarquiza as mulheres dentro de padrões de “normalidade”. E, para manter status na “prateleira do amor”, muitas priorizam e se sujeitam às vontades e demandas do parceiro em detrimento do cuidado consigo.

De forma análoga, outra noção conceitual articulada no presente artigo se refere ao dispositivo materno, que atribui uma correlação (situada discursivamente como natural) entre feminino e maternagem, agenciando às mulheres ao trabalho (não remunerado) do cuidado dos filhos e estabelecendo um jugo moral àquelas que são consideradas más mães. Nesta perspectiva, Tabita Moreira (2021) problematiza a dimensão do fracasso materno como expressão de uma suposta insuficiência em corresponder às demandas tanto de exploração do trabalho doméstico não-remunerado quanto de um mercado crescente de cuidados parentais não acessíveis à maioria das famílias brasileiras. Mais especificamente, no debate proposto neste artigo, analisamos modos como imagens de controle relacionadas aos dispositivos materno e amoroso são legitimadas nas atividades realizadas no CAPS-AD, configurando-se como referências nos processos de nomeação e autonomeação das usuárias.

Para subsidiar teoricamente esta investigação, foi organizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico (Severino, 2013) nos sites do *Scielo* e *PEPSIC*, mais especificamente em artigos científicos publicados de 2012 a 2022, a partir dos termos de busca “mulheres”, “Redução de Danos” e “CAPS-AD”, bem como da leitura de obras de autores/as de referência dos campos dos Estudos de Gênero e da Reforma Psiquiátrica. Essa etapa teve a função de compreender as produções científicas já existentes acerca da temática, bem como embasar o olhar crítico das pesquisadoras para o cotidiano do serviço, buscando entender melhor as propostas trazidas pela rede substitutiva de saúde mental, bem como problematizar a relação entre o feminino e a loucura (Passos e Pereira, 2017).

Num segundo momento e mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEL (parecer 5.798.826), bem como da autorização da entrada da pesquisadora em campo pela secretaria de saúde do município, iniciamos, a partir da interlocução com o viés metodológico da pesquisa participante (Brandão e Borges, 2007), a nossa participação nas atividades desenvolvidas no dia a dia do CAPS-AD, possibilitando a construção partilhada de saberes com as mulheres usuárias deste serviço. Logo, essa metodologia sugere a importância de considerar saberes dos participantes da pesquisa no local de sujeitos de saber, acessados por meio da participação das pesquisadoras em atividades desenvolvidas no cotidiano institucional (oficinas, atendimentos individuais e atendimentos em grupo) e nos diálogos com trabalhadores e usuárias do referido CAPS.

A localização do recorte de gênero nesta pesquisa se justifica, sobretudo, devido à escassez de pesquisas sobre mulheres e uso de drogas no Brasil (Félix Júnior, 2020), o que também se tornou evidente no pouco material encontrado no processo de levantamento bibliográfico. Logo, considerando o marcador de gênero como uma categoria útil de análise (Scott, 2012), esta investigação pondera que as mulheres foram historicamente impedidas de exercer desejo – e, com isso, podemos incluir o desejo de usar drogas – para além das funções sociais convencionais, a saber: mãe, esposa e cuidadora (Félix Júnior, 2020). Dessa forma, ao considerar o contexto do uso de drogas, o jugo que recai sobre muitas mulheres usuárias é o de transgredirem uma suposta natureza feminina, uma presunção de inadequação moral punida com o estigma da doença e, posteriormente, através das práticas manicomiais operadas até hoje nas instituições públicas e comunidades terapêuticas. Em vista disso, Félix Júnior (2020, p. 25) elenca:

[...] o abandono dos papéis sociais acontece em decorrência do uso de substâncias, mas que o uso abusivo ocorre justamente como fuga de papéis socialmente impostos, geralmente relacionados a posições reprodutivas, de serviços domésticos e de cuidadora, em que o uso de drogas representa uma espécie de fuga dos modelos impostos socialmente. [...] uma resposta social a mulheres que fazem uso de drogas é diferente da direcionada ao homem, pois esta mulher é punida não somente pelo uso das substâncias, mas principalmente pelo abandono dos papéis que ainda lhes são destinados, como o serviço doméstico, o cuidado dos filhos, entre outros.

Gostaríamos de enfatizar, contudo, a importância da análise interseccional nesta pesquisa, pois mulheres são constituídas no intercruzamento entre marcadores sociais de raça, classe, geracionais, corporais, entre outros, que implicam em experiências existenciais plurais e desiguais. Logo, a referência de feminino apresentada na citação a partir da premissa de papéis sociais está, necessariamente, se referindo a mulheres brancas e privilégios da branquitude.

Como oferta analítica formulada pela pesquisadora Kimberle Crenshaw, a noção de interseccionalidade é uma ferramenta de análise importante para problematizar como os processos de subjetivação de mulheres estão, necessariamente, relacionados a marcadores sociais de raça, classe, sexualidade, território, credo, corpo, entre outros, que implicam em diferenças entre elas. Logo, historicamente, a gênese dos estudos interseccionais se deu através da autocompreensão de teóricas racializadas, que formularam operadores analíticos que elucidam múltiplas opressões que atravessam as vivências das mulheres negras (Lima, 2017, p. 71).

A análise percorrerá dois momentos. Inicialmente, situamos o CAPS-AD e os modos como mulheres usuárias adentram neste serviço como desviantes de performances idealizadas de gênero. Em seguida, analisaremos modos como essas mulheres são nomeadas e/ou se nomeiam, tendo como categorias de análise os dispositivos amorosos e da maternidade.

### **Quem são as mulheres ditas desviantes?**

Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

A receita cultural

Do marido, da família

Cuida, cuida da rotina

(Francisco El Hombre, 2016)<sup>21</sup>

Como serviço que compõe a rede de atenção psicossocial, o CAPS-AD se organiza a partir da oferta de atendimentos multiprofissionais, onde o processo terapêutico se articula a um paradigma psicossocial que considera aspectos objetivos e subjetivos das mulheres atendidas, auxiliando na desconstrução de noções moralizantes e psiquiarizantes em torno do próprio uso (Campos, 2005). Nesse sentido, para estruturar uma prática de saúde mais integrativa, que se articula em concordância aos princípios de universalidade, integralidade e equidade promulgados pelo SUS, devemos considerar os/as cidadãos atendidos em sua complexidade sócio-histórica-cultural.

Dessa forma, a construção de uma nova política de drogas mais inclusiva deve se estruturar, necessariamente, a partir da afirmação da autonomia dos sujeitos. Em oposição ao paradigma proibicionista, os vieses psicossocial e da redução de danos traçam novas possibilidades de manejo e estratégias de cuidado em saúde coletiva que visam deslocar o centro da terapêutica da doença (drogadição) para a análise da relação singular de cada pessoa com a substância em contextos distintos, e, dessa forma, possibilitar relações de cuidado, ainda que parciais, em sua vida.

Apesar disso, devemos ponderar que o cotidiano de trabalho no CAPS-AD é atravessado também por outras lógicas que circulam e se reproduzem na vida em sociedade e que se configuram como desafios para as equipes que mediam as atividades. Nesta perspectiva, refletimos, mais especificamente, sobre a interferência de noções normativas de gênero nas

---

<sup>21</sup> Dedicamos a todas que não se vêem na palavra “fêmea”, alvos de caça, conformadas ou vítimas. práticas institucionais, bem como nas queixas e demandas das mulheres atendidas. Logo, consideramos, a partir do diálogo com Valeska Zanella (2016), os processos de generificação nos discursos e práticas que circulam no dia a dia do CAPS-AD, isso porque os julgamentos de muitas

usuárias de si, ou mesmo algumas ponderações da equipe técnica, comumente se relacionam a ideais tradicionais de feminilidade e masculinidade.

Em vista disso, ao adentrar na instituição e a partir da definição de gênero formulada por Teresa de Lauretis (1984, p. 208), como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, nos questionamos: como as diferenças entre homens e mulheres são reproduzidas no sistema cisheteropatriarcal? De que modos os serviços que compõem a rede pública intersetorial operam para legitimar e/ou desestabilizar a ordem dos gêneros nas práticas institucionais? Assim, quando consideramos que exercer o cuidado – seja materno e/ou romântico – é um elemento identitário socialmente reforçado para a maior parte das mulheres (Medeiros e Zanello, 2018), não sendo demandado aos homens na mesma medida, nos questionamos também sobre os efeitos psicossociais dos marcadores de gênero nos processos de subjetivação, nos sintomas relatados por usuários e equipe do CAPS-AD e nas situações de vulnerabilidade presentes nas trajetórias das mulheres. Nos indagamos, ainda, sobre quais discursos – e silêncios – sustentam e/ou desestabilizam essas performances no cotidiano de trabalho. Não intencionamos responder todas essas questões neste artigo, mas suscitá-las como possibilidades de investigação e compartilhamento de parte dos questionamentos e inquietações vividas no percurso da pesquisa.

Neste campo de disputas ideológicas presente nas instituições que compõem a rede pública intersetorial, que ora reafirmam e ora negam determinadas normativas de gênero, a primeira informação que capturou a atenção ao adentrarmos no CAPS-AD foi um cartaz na recepção, em que seus dizeres incentivavam a entrega voluntária dos filhos para adoção caso a mãe tivesse problemas com drogas. Desde lá, nos questionamos em que medida há, para além da proposta de reabilitação das questões das mulheres atendidas com as drogas, também uma expectativa de “reabilitação” de uma suposta natureza feminina. Nos perguntamos também acerca dos modos como essas mulheres são nomeadas na rede socioassistencial a partir do envolvimento com as drogas, tomando como referência a expectativa de cumprimento de determinadas performances de gênero socialmente incitadas.

Ao participar do cotidiano de trabalho do CAPS-AD, essas inquietações ficaram cada vez mais nítidas conforme fomos tendo acesso aos prontuários, ouvindo as demandas terapêuticas, acompanhando as triagens e compreendendo a estrutura de judicialização das usuárias, na qual grande parte dos encaminhamentos e tratamento delas estão articulados pelo Ministério Público, Conselho Tutelar e/ou pela Vara da Infância e Juventude. Ou seja, é também a partir da imagem de mulheres desviantes de uma suposta essência feminina que parte delas adentra os serviços que compõem a rede socioassistencial e jurídica. Isso se ilustrou por meio da recorrência de ofícios de encaminhamento das usuárias com conteúdos relativos à maternagem, bem como pela judicialização de gestantes usuárias, o que torna evidente que dificuldades de saúde coletiva são muitas vezes tratadas como questão de segurança pública, de modo que o Estado tenta obrigá-las a realizar um tratamento que, em teoria, deveria ser voluntário, compelindo a equipe do CAPS-AD à tarefa de efetivar a busca-ativa delas, situação que desestabiliza vínculos terapêuticos e é pouco efetiva no que se propõe.

Nesta conjuntura, chama a atenção maneiras como determinadas nomeações direcionadas às usuárias influem num tipo de tratamento tutelado, cerceado ou circunscrito nas possibilidades de que futuramente elas reproduzam performances, comumente atribuídas na vida em sociedade às mulheres, ou seja, da boa mãe e da boa esposa. Em vista disso, enquanto grande parte dos homens procura tratamento para si, as mulheres recorrem e/ou são encaminhadas pelo judiciário ao CAPS-AD após “falharem” no cuidado dos outros, nomeadas

muitas vezes como mães e/ou esposas insuficientes, sendo o êxito ou não do tratamento determinado muitas vezes pela efetivação desse zelo.

Destacamos, ainda, que a parte majoritária das mulheres atendidas no serviço é de classe popular, e cerca de metade delas é preta ou parda, o que implica em um evidente processo de criminalização da pobreza. Nesta direção, nos lembramos de uma frase que circulou na recepção do CAPS-AD acerca do julgamento de uma mulher pobre que teve oito filhos, incitando a possibilidade de esterilização compulsória. Queremos ressaltar, no entanto, que esta afirmação foi imediatamente rebatida pela psicóloga presente, o que ilustra como as instituições se configuram como campos de narrativas em disputa. Essa fala higienista nos coça porque exemplifica percepções naturalizadas e transmitidas cotidianamente nos serviços de forma não-oral. Quando Muchail (1985) pontua dispositivo enquanto aquilo que reúne o dito e o não-dito, inquietas na posição de pesquisadoras que tentam ao máximo exemplificar os dizeres, mas que ainda têm dificuldade de pontuar os silêncios, nos aflige pensar através de quantos mutismos sustentamos falas tão violentas.

Tais impressões e inquietações persistiram durante a participação nas atividades desenvolvidas no serviço, como, por exemplo, no dia em que acompanhamos uma consulta com o psicólogo de referência da usuária Margarida (nome fictício). Ela, após um episódio de recaída que culminou em conflitos familiares, enfatizou como era doloroso não poder proporcionar “*uma vida normal*” (sic) à sua filha. Também afirmou que não bebia quando sabia que iria encontrar a criança e que esse era um dos seus principais alicerces no tratamento. Logo em seguida, a entrevista de triagem de um homem percorreu sem nem mencionar o contexto familiar, até que tivemos a iniciativa de perguntar sobre essa dimensão, o que gerou um certo estranhamento, pois a pergunta não parecia contextualizada aos objetivos terapêuticos. Após o episódio, indagamos ao psicólogo sobre a recorrência da menção à maternidade no atendimento de mulheres, enquanto a menção à paternidade já não se configurava tão presente nos atendimentos de homens. Em vista da recorrência desses assuntos em salas de triagem e nos modos como as mulheres atendidas se nomeiam, o psicólogo pontuou como uma das tarefas da equipe é auxiliá-las a deslocar o conteúdo de suas demandas – que é se recuperar para cuidar do outro, seja filho ou cônjuge – para o cerne da terapêutica que é o cuidado de si. Assim, em correspondência a esse caso, Zanello (2016, p. 114) aponta que “a maternidade é uma questão identitária para as mulheres, de uma maneira que a paternidade geralmente não o é para os homens”.

Dentro desse bojo, ressaltamos que a análise dos efeitos dos dispositivos materno-amorosos (Zanello, 2016) nas trajetórias de mulheres usuárias do serviço se ilustra também através da falta, por isso consideramos nesta pesquisa não só as mulheres que comparecem frequentemente na instituição, como também aquelas que apresentam dificuldades em prosseguir com a terapêutica e/ou até aquelas que sequer chegam no CAPS-AD. Entre os obstáculos circunscritos para o acesso e/ou permanência, destacamos, por exemplo, a própria perspectiva da maternidade, pois quando se é a única responsável pela criança, dificilmente a usuária conseguirá comparecer porque não existe local para deixá-las. Ademais, mulheres que sustentam a casa sozinhas, seja de regime autônomo ou contratual, não podem perder o dia de trabalho para se dedicar ao tratamento, culminando numa subnotificação dessas vivências dentro da instituição.

Deste modo, tendo em vista a insistência em associar o tratamento de mulheres no CAPS-AD como consequência também de uma suposta dificuldade delas de cuidar, analisamos a seguir as dimensões maternas e amorosas como dispositivos que interferem nos modos como elas se nomeiam ou são nomeadas na instituição.

## Os dispositivos materno-amorosos: o que sustenta o lugar do cuidado?

Eles disseram para mim

Você não pode passar sem um homem

Sem mulher sem criança sem os bichos sem os animais

[...]

Eu disse para eles

Eu passo sem tudo isso

Eu passo com o que tenho

Eu passo com o que sou

Stela do Patrocínio (2001, p. 98-99) <sup>22</sup>

A partir da modernidade, na emergência e consolidação da sociedade capitalista, a associação das mulheres às dimensões maternas e amorosas se articula como estratégia biopolítica de controle dos corpos femininos, corpos esses cada vez mais tutelados pelos chamados “especialistas”. Atribuindo à premissa de cuidar como imperativo supostamente biológico, as mulheres são insistentemente interpeladas no cotidiano a submeter-se a performances que legitimam tal perspectiva, sob a ameaça de julgamento como desviantes caso não reproduzam essa suposta essência feminina (Lima, 2017).

Uma manhã no CAPS-AD, enquanto sobrevoávamos a atenção sob os atravessamentos dos dispositivos materno-amorosos no cotidiano institucional, lemos o prontuário de uma usuária que estava ingressando numa Comunidade Terapêutica em 2013, sendo que uma das perguntas direcionadas a ela foi: “*Durante os 3 últimos meses, com que frequência o seu uso te impediu de fazer coisas que eram normalmente esperadas de você?*”. Imediatamente, nos questionamos como as expectativas de cumprimento – ou não – das performances de feminilidade são pautadas como analisadores nos tratamentos propostos. Indagamos, ainda, sobre a intersecção entre gênero, classe e raça quando se é mulher, não-branca, trabalhadora, fora do espectro da cisheteronormatividade, entre outras conexões, no que se refere a corresponder ou não com expectativas sociais que te delegam *lócus* de marginalidade.

Dialogando novamente com Zanello (2022), argumentamos que muitas vezes em nossa cultura a relação que mulheres estabelecem consigo mesmas é mediada também pelos olhares de homens, de forma que a aprovação de determinadas performances de feminilidade – o que inclui desde incorporar determinados ideais estéticos até corresponder às expectativas relativas à sexualidade e maternidade – além de perpassar o jugo desses, por vezes também é encarnado como algo supostamente natural, como um traço identitário. Por isso, uma parte significativa das mulheres aprende, por exemplo, a se calar em função do bem-estar de seus parceiros, pelo medo de estarem sozinhas em uma perspectiva identitária que as afirma desde as dimensões afetivas e conjugais. Em correspondência a essa dinâmica, nos lembramos de algumas usuárias que manifestaram descontentamentos em seus casamentos, alguns dos quais a própria equipe tinha o conhecimento de que eram relações problemáticas, contudo, os desabafos eram quase sempre seguidos de comentários conformados e/ou até justificativas passionais. Em suma, o dispositivo amoroso implica que parte das mulheres esteja à mercê de relações abusivas, que geram acentuado sofrimento psíquico, sendo que estas comumente se amplificam no contexto do uso de drogas.

---

<sup>22</sup> A poeta Stela do Patrocínio esteve por 30 anos internada em hospitais psiquiátricos. Antes da internação, ela se recusou a casar e a ter filhos e retratou, através de seu falatório, as reverberações dos discursos que a excluíram, como excluem tantas outras.

Debruçando-se mais especificamente sobre o dispositivo materno, entendemos o imperativo da maternidade como construção social que articula o feminino como “naturalmente” apto à gestação e aos cuidados dos filhos, sendo tal associação uma das estratégias do capitalismo para restringir mulheres, brancas e de classes médias e altas, ao âmbito privado (Zanello, 2016). Logo, os trabalhos domésticos e de maternagem estão, necessariamente, articulados a marcadores de raça e classe. Ainda neste cenário, é de suma importância reconhecer o papel dos ditos especialistas, incluindo as ciências psi, na reprodução e perpetuação de parte dos discursos ideológicos que atribuem às mulheres a responsabilidade pela educação e até “caráter” de seus filhos. Sobre este debate, Zanello (2016) problematiza sobre processos normativos de circunscrição da mulher às funções maternas e domésticas, sendo tais âmbitos apresentados como possibilidades do exercício da boa mãe e promessa de felicidade. Logo, “(...) não amar os filhos tornou-se um crime, uma aberração, a qual deveria ser evitada, ou, sendo impossível, disfarçada” (p. 107).

No processo de construção social do dispositivo materno, para além de uma “profissão”, é também enunciado como representação de uma suposta natureza feminina, assim, se elegem as boas e más mães, sendo que no século XXI esse jugo ainda é arraigado e nos leva a questionar para onde o sistema jurídico-assistencial encaminha aquelas que não correspondem a essa régua disciplinar. Nesta perspectiva, situamos como exemplo o debate de Ariane Rios (2017) acerca de quais mulheres são (des)legitimadas socialmente como mães. A pesquisadora analisa os processos de desclassificação de mulheres grávidas usuárias de drogas em situação de rua como desviantes e desobedientes de uma régua disciplinar. Nesta perspectiva, a pesquisadora situa as contradições que circulam em torno dessas mulheres, pois estas são socialmente interpeladas à maternidade por sua condição feminina, ao mesmo tempo que são nomeadas como insuficientes para essa função.

Pontuar os dispositivos materno-amorosos nos processos de subjetivação de mulheres implica na consideração de que estes não integram apenas uma verdade redigida sobre as pessoas, mas compõem, sobretudo, uma verdade sobre si mesmo na qual o sujeito, – no caso as mulheres usuárias do CAPS-AD –, participa ativamente do processo de sua produção, ou seja, dispositivos são para além de normativos, constituintes (Marcello, 2009). Queremos dizer com isso que a importância que estes dispositivos assumem em suas vidas – e, conseqüentemente, nos seus penares – não é só imposta pelos outros, mas também incorporados nos modos como elas compreendem e nomeiam a si e a sua relação com as drogas (Zanello, 2014), o que é evidente na recorrência de determinadas queixas das usuárias, bem como nas dificuldades da equipe em proporcionar uma terapêutica com objetivos emancipatórios de sua condição.

Uma das entrevistas de triagens que mais nos inquietou sequer era relativa ao uso de drogas, mas nos remete fortemente ao debate posto. Trata-se de uma senhora encaminhada pelo Conselho Tutelar sob a acusação de que era usuária de drogas. A questão começou quando seu filho, aos quase 18 anos, começou a se relacionar sexualmente com uma menina de 12 anos, situação que gerou cochichos no bairro e a levou a buscar orientação no conselho tutelar para lidar com o problema. Acontece que isso gerou descontentamento nos seus filhos, que se rebelaram contra ela, a denunciando no Conselho Tutelar por maus-tratos, questionando a sanidade mental da mãe e afirmando que ela era *drogada* (sic).

Agora, você que nos lê, visualize, por favor, a situação desta mulher que procura orientação em uma instituição, tendo sido nomeada pelos filhos como *louca, bêbada, drogada e mãe ruim* (sic). Nessa situação, ela chega ao CAPS-AD acreditando que a consulta seria uma avaliação psicológica que forneceria uma prova de que ela não era usuária, quase delegando ao

psicólogo o título de especialista para determinar quão desviante ela é ou não de sua condição “natural” de mãe.

Uma das reflexões suscitadas por esse encontro é que, a partir do momento em que o cuidado é interpretado como uma obrigação laboral – não remunerada – das mulheres, o saber científico, por vezes, se incumbe de uma função fiscalizadora das performances de maternidade consideradas legítimas ou não. Dessa forma, articular uma escuta generificada e crítica no contexto da política de saúde mental implica também em um comprometimento em ultrapassar posições normalizadoras da ordem dos gêneros, ouvindo desejos, dores, inquietações, entre outros exemplos, que as usuárias trazem para o contexto dos atendimentos. Tal escuta também se afirma como possibilidade de questionar junto com elas sobre efeitos em suas trajetórias dos dispositivos amorosos e maternos.

Deste modo, o caso em evidência, assim como outras situações e falas vivenciadas ao longo desse processo de pesquisa no CAPS-AD, nos faz questionar acerca de práticas institucionais que, se não forem problematizadas criticamente no cotidiano de trabalho, correm o risco de reproduzir perspectivas normativas de gênero que circulam na vida em sociedade e que contribuem para produção social de adoecimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O percurso desta pesquisa no CAPS-AD implicou algumas considerações, no entanto, estas não se esgotam ao final desse artigo e seguem reverberando em nossas trajetórias de mulheres pesquisadoras e militantes. Compartilhamos da análise de Zanello (2014, p. 116) quando afirma que “o viés de gênero provoca assim um grande desconforto para a área de saúde mental, e isto sob vários aspectos, pois destitui o instituído, abala as certezas de uma suposta neutralidade, traz o íntimo para o político e questiona as próprias relações de poder nesse campo, bem como seus valores”.

Em correspondência a essa perspectiva, grande parte das intervenções articuladas durante essa pesquisa participante teve como referência o debate interseccional sobre implicações de marcadores sociais de diferença, sobretudo de gênero, na trajetória de vida das mulheres atendidas. De forma análoga, questionamos parte das noções normativas de feminilidade incorporadas pelas usuárias atendidas, por meio da problematização de imagens de controle associadas a elas no cotidiano.

Assim, a análise interseccional remete à consideração das diferenças entre mulheres usuárias de drogas, sendo fundamental considerar marcadores raciais, de classe, entre outros, presentes em seu cotidiano e modos de subjetivação. Então reafirmamos, por fim, um compromisso ético de não universalizar o feminino, dialogando com teorizações feministas e antirracistas para compreender não apenas os aparatos de dominação e subordinação, mas também as potências de resistência e organização política que atingem a subjetividade de cada sujeito.

Dessa maneira, considerar as interseccionalizações presentes na construção da doença mental – e, conseqüentemente, da relação com drogas – não nega a validade desse sofrimento psicossocial, mas questiona estruturalmente o ultrapassado modelo biomédico que coisifica e objetifica a experiência humana, classificando os sujeitos baseados no jugo moral da época (Basaglia, 2005). Assim, Passos e Pereira (2017, p. 38) analisam a importância dos debates sobre gênero e condições materiais de vida como um modo de desestabilizar processos de despatologização das mulheres, bem como de contribuir no desenvolvimento de políticas e serviços mais atentos às particularidades delas.

Reiteramos, por fim, sobre a importância de considerar marcadores sociais de diferença nas leituras e intervenções articuladas por profissionais que atuam no cotidiano dos CAPS-AD, entre outros serviços da rede intersetorial. Considerar o sofrimento psíquico desde um viés interseccional, com o objetivo de situar modos como dinâmicas sociais, políticas, científicas e culturais operam para a reprodução de perspectivas normativas de vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6, 51-62. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>

Campos, M. A. (2015). Drogas e uso de drogas: ressignificando conceitos no paradigma da redução de danos. In M. Gonçalves; F. Carvalhaes & P. Cordeiro (Orgs). *Cultura e subjetividade em tempos de Aids* (107 - 116). Londrina, PR: Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo, SP: Boitempo.

Patrocínio, S. (2001). *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial.

Félix Júnior, C. M. (2020). *Um psicólogo na atenção em saúde de mulheres em uso abusivo de drogas: uma perspectiva etnográfica*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Londrina.

Francisco, el hombre, & Benke, P. (2016). Triste, louca ou má [Gravado por francisco, el hombre]. In *Soltasbruxa* [Álbum]. São Paulo, Brasil: Balaclava Records. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE&pp=ygUTdHJpc3RIIGxvdWNhIG91IG3DoQ%3D%3D>

Lauretis, T. D. (1987). *Tecnologias de gênero: ensaios sobre a teoria, cinema e ficção*. Indianápolis, IN: Midland Book.

Lima, F. (2017). Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: Sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In M. O. Pereira & R. G. Passos (Orgs). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para reforma psiquiátrica brasileira*. (70-88). Rio de Janeiro, RJ: Editora Autografia.

Marcello, F. A. (2009). Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura – o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem Fronteiras*, 9(2), 226-241. Recuperado de: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf>

Medeiros, M. P. de, & Zanello, V. (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 384-403. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451858897021/451858897021.pdf>

Moreira, T. A. S. (2021). *Maternidade em situação de rua e a suspensão ou perda do poder familiar* (Tese de doutorado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado de: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45669>

Muchail, S. T. (1985). O lugar das instituições na sociedade disciplinar. *Recordar Foucault* (196-208). São Paulo, SP: Brasiliense. Recuperado de: <https://pt.scribd.com/document/64707603/Muchail-Salma-Tannus-O-lugar-das-instituicoes-na-sociedade-disciplinar#>

Pereira, M. de O., & Passos, R. G. (2017). Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In M. O. Pereira & R. G. Passos (Orgs). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para reforma psiquiátrica brasileira*. (70-88). Rio de Janeiro, RJ: Editora Autografia.

Rios, A. G. (2017). *O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas]. Recuperado de: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631756>

Scott, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, SP: Cortez.

Stevens, C., Oliveira, S., & Rodrigues De. (2014). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis, SC: Mulheres. Recuperado de: [http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/16349/1/LIVRO\\_EstudosFeministasedeGeneroArticulações.pdf](http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/16349/1/LIVRO_EstudosFeministasedeGeneroArticulações.pdf)

Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Orgs). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia* (103-122). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO\\_DispositivoMaternoProcessos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO_DispositivoMaternoProcessos.pdf)